

PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
RAZÃO SOCIAL:	UNIEDUCAR INTELIGÊNCIA EDUCACIONAL LTDA
NOME DE FANTASIA:	UNIEDUCAR UNIVERSIDADE CORPORATIVA
CNPJ(MF):	05.569.970/0001-26
REGISTRO SICAF (UC):	170038 – SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MIN. DA FAZENDA (CE)
REGISTRO ABED:	5.189 – CATEGORIA INSTITUCIONAL
REGISTRO CRA-CE:	PJ-3457

Metodologia: O conteúdo dos programas de qualificação profissional pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. É apresentado em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e materiais extras disponíveis na Biblioteca (e-books) e Videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

Sincronicidade: os cursos/eventos são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter data de início e término definidas.

Tutoria e Formas de Interação: Os cursos recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e administração do curso é preferencialmente online, podendo ser agendadas ações em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats, etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

Avaliação/Certificação: Nos cursos, a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de atividades complementares durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) nas atividades e avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

Organização curricular: Os programas apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha toda a concepção dos conteúdos.

Tecnologia de EAD/e-learning: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, envolvendo rotinas de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados.

Materiais Didáticos: Os conteúdos programáticos são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); testes; além de conteúdos extras com material relacionado.

Interação e Suporte Administrativo: Os programas de formação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e também presencial, conforme o caso.

Sobre a Instituição de Ensino: Desde 2003 a Unieducar Universidade Corporativa atua com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Somos cadastrados junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atendemos mediante Nota de Empenho a todos os órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Direito da Criança no Direito Internacional Privado

CARGA HORÁRIA: 80 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 10 dias

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 30 dias

OBJETIVOS GERAIS:

O curso online *Direito da Criança no Direito Internacional Privado* o foco de estudo é a *Criança no Direito Internacional Privado*. Inicialmente trata-se de tecer comentários acerca do *Direito Internacional Público e o Privado*, desenvolvendo um pouco sobre as *Escolas*, as *Fontes*, o *Limite de Jurisdição*, bem como as regras de definição de competência. Abordagem também se faz sobre como se desenvolve o processo da prestação de alimentos no estrangeiro, tendo por base a *Convenção de Nova York sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro de 1956 (Decreto 56.826/1965)* e a *Convenção de Haia de 2007 (Decreto 9.176/2017)*. Também destaca-se a *Convenção de Haia de 1980*, com enfoque na guarda, direito de visita e no retorno imediato da criança. Estuda-se ainda a *Adoção Internacional* e a *Maternidade por Substituição*.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Origem do Direito Internacional Privado; Conceito do Direito Internacional Privado; Diferença entre o Direito Internacional Público e o Direito Internacional Privado; Escolas do Direito Internacional Privado; Fontes do Direito Internacional Privado; Limites de Jurisdição Nacional; Regras de Definição de Competência no CPC/2015 e na CF/88; Grandes Temas Atuais e Desafios

PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS NO ESTRANGEIRO

Caráter Transnacional da Família; Convenção de Nova York sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro de 1956 (Decreto 56.826/1965); Convenção de Haia de 2007 (Decreto 9.176/2017); Autoridade Central; Custas dos Alimentos no Estrangeiro; Conteúdo do Pedido; Transmissão, recepção e processamento de pedidos e casos por meio de Autoridades Centrais; Assistência Jurídica Gratuita; Recursos Econômicos da Criança; Restrições para Iniciar o Procedimento; Reconhecimento e Execução; Documentos; Princípio do Melhor Interesse do Menor

CONVENÇÃO DE HAIA DE 1980

Conceito de Subtração Internacional; Objetivo da Convenção de Haia; Aplicação da Convenção; Autoridade Central; Conceito de Residência Habitual; Princípio do Melhor Interesse do Menor; Guarda para Fins da Convenção; Retorno Imediato da Criança; Exceções ao Retorno Imediato da Criança; Caso Sean Goldman; Guarda e o Direito de Visita.

ADOÇÃO INTERNACIONAL

Direito Internacional Privado e a Adoção; Objetivo da Convenção Internacional; Autoridade Central; CF/88 – Art. 227, § 5º; Regras Gerais e Procedimentos da Adoção Interna (ECA Arts. 39 ao 51); Requisitos e Condicionantes da Adoção; Requisitos Processuais para Adoção Internacional.

MATERNIDADE POR SUBSTITUIÇÃO

Conceito; Maternidade por Substituição no Direito Brasileiro; Resolução do Conselho Federal de Medicina Nº. 2.168/2017; Natureza Jurídica da Maternidade por Substituição; Direito Comparado; Características do Contrato Internacional de Maternidade por Substituição; Critérios da Nacionalidade no Brasil; Foro Competente

PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE OS TEMAS ESTUDADOS

